

**GUERRA, RECURSOS NATURAIS, IMPÉRIO, ESCRAVIDÃO E
DEMOCRACIA: A FORTE PRESENÇA DA “LIGA DE DELOS”
NA OBRA DE HISTORIADORES HELENISTAS DE
INSPIRAÇÃO MARXISTA¹**

José Otávio Aguiar*

Resumo: O artigo propõe um debate sobre os limites e alcances das noções de democracia na antiga Grécia a partir das reflexões de uma certa historiografia temática que as abordou nos anos de 1970 e 1980, a partir de uma matriz de inspiração marxista e economicista, que tentava dar nexos a conceitos e fenômenos observados em sociedades que, naturalmente, não tinham para si os modernos conceitos de economia. Particularmente, escolhemos as reflexões de Moses Finley (1912-1986) para pensar categorias como determinação, indeterminação, criação e ineditismo histórico.

Unitermos: Historiografia de inspiração marxista, Democracia antiga, Criação Histórica

Abstract: The article proposes a debate on the limits and scope of the notions of democracy in ancient Greece from the reflections of a certain historiography theme that thematized in the 1970s and 1980s, from an array of Marxist economist and inspiration, trying to give link the concepts and phenomena observed in companies which, of course, had not for you modern concepts of economy. Particularly, we

¹ Quero deixar aqui registrado o apoio que recebi do CNPq.

* Doutor em História e Culturas Políticas pela UFMG. Pós-Doutor em História pela UFPE. Professor do Curso de História da UFCG. Pesquisador do CNPQ Nível 2 - E-mail: otavio.j.aguiar@gmail.com

chose the reflections of Moses Finley (1912-1986) to think categories like determination, indeterminacy, creation and historical uniqueness.

Keywords: Marxist-inspired historiography, ancient democracy, Historical Building

A História é um saber caracterizado pela reunião de vestígios que trazem aos nossos dias uma presença transfigurada do passado. Esta operação de transfiguração, entretanto, não se faz ao acaso. A evocação dos mortos e sua ressurreição, tem como móvel questões que dizem de nossa contemporaneidade. Os efeitos de real construídos pelos historiadores alimentam certa fome de respostas, e nunca é supérfluo recordar que os passados recompostos pelas mãos que historicam não correspondem a nada mais que uma seleção de vestígios e fontes, baseada em dada quantidade de escolhas. Lidamos sempre, não com reflexos reais de um pretérito presente, mas, antes de mais nada, com nossa capacidade de construir uma versão a respeito dele.

A Antigüidade clássica greco-romana exerceu uma enorme presença no pensamento político e social do ocidente europeu. Tributários que somos de sua influência, devemos atentar para uma modificação substancial em nossa forma de encará-la. Desde a Segunda Grande do Século XX, a literatura clássica vem perdendo espaço nos sistemas educacionais do mundo. Isso se reflete na diminuição do número de centros de estudo de literatura grega e latina nos mais tradicionais programas de pós-graduação em Letras Clássicas e, enfim, na redução da carga horária da disciplina “História Antiga” nos cursos de graduação no Brasil e em quase todo o mundo.

Não obstante a esta ausência, freqüentemente deparamo-nos com a permanência de referências, mesmo que inconscientes, a demandas antigas, ressignificadas e incorporadas conceitualmente ao jargão do mundo político moderno.

O tema da democracia revestido de diversas nuances, ainda ocupa a pauta central de muitas de nossas interrogações às portas do século XXI. Apropriada de várias formas, essa milenar instituição ateniense serviu aos mais variados interesses discursivos e ainda gera polêmicas quanto à sua possibilidade de sobrevivência num mundo marcado por constante instabilidade.

A democracia dos atenienses era excludente em relação a escravos e estrangeiros, porque restringia-se aos cidadãos da Pólis. Somente os machos livres poderi-

am interferir diretamente nas decisões políticas. A noção de igualdade se referia aos pares, nunca àqueles que, por princípio, eram considerados desiguais. A democracia grega nunca incluiu em seu horizonte concreto ou imaginário, uma idéia tão moderna como a de que todos os homens são iguais. Nosso horizonte contemporâneo de democracia, resultante de uma releitura iluminista, incorporou diversos setores econômicos e sociais sob o estandarte da cidadania, mas as sociedades modernas não conseguiram realizar o ideal de segurança e participação, nem lograram ainda mobilizar suficientemente o interesse público em favor de suas demandas constitucionais.

Perguntamo-nos ainda, nos dias de hoje, se os que não querem se organizar de forma democrática devem ser tolerados, se seria possível conciliar participação política e exclusão econômica, enfim, se o próprio modelo democrático não se afiguraria, em alguns casos, à semelhança de uma imposição cultural externa para muitas sociedades que, depois de séculos de coexistência política diversa, foram obrigadas a adotá-lo. Conviver com governos que se pretendem totalmente democráticos, é uma experiência relativamente nova até para os ocidentais modernos. Muitas sociedades que de direito se dizem democráticas – a despeito do que seus dirigentes e parte das organizações civis e militares gostariam que acreditássemos – são de fato oligárquicas. A democracia de representação ainda não conseguiu equacionar o problema de atender a cada setor interessado em que o governo represente seus interesses. Ela ainda não renunciou à pretensão de legislar em nome dos outros, mas não consegue convencer a muitos setores insatisfeitos da veracidade da operação simbólica, a partir da qual um indivíduo passa a representar os interesses de atores sociais tão diferentes. Como observou o grego Cornelius Castoriadis, um horizonte de democracia para todos é uma significação imaginária de importância, criada há alguns séculos pela Europa ocidental moderna, que esconde um certo controle compartilhado entre oligarquias no poder:

...Constatemos que é completamente sem razão falar de igualdade política entre um lixeiro e um proprietário de uma cadeia de televisão. Em todos os países em que há um regime parlamentar ou algo semelhante, e com o regime econômico que existe, pode-se facilmente demonstrar que apenas um sobre mil da população participa de uma maneira ou de outra do poder. É uma cifra que faria morrer de inveja a oligarquia romana ou a aristocracia veneziana (CASTADORIADIS, 1992, p. 100)

O problema entretanto não termina aí. A desigualdade real transparece por entre a cortina que separa os diversos mundos culturais, econômicos e políticos que constituem esta humanidade que se pretende igual. Haveria direitos humanos para

os americanos, os ingleses, os russos e não para os chechenos, os iraquianos, os afegãos...? E as especulações sobre direitos morais ou éticos, que separariam os direitos pelas peculiaridades daqueles a quem sem dirigem? Seria, de outro lado, possível conceber uma sociedade política de participação sem inclusão social? Como pensar os regimes políticos obscuros, de inspiração autoritária ou totalitária, que pregavam a desnecessidade da participação e do gozo dos direitos políticos frente à garantia dos direitos sociais? Estes temas ocuparam a pauta de discussões que marcaram, de uma forma ou de outra, o século XX. Quero entretanto, aqui permitir-me uma digressão genealógica em direção ao passado dos conceitos. Estes últimos, longe de se calcarem em mitos de ancianidade, tem sua gênese histórica precisa, e nunca é demais identificá-la para um público que sobre isso se interroga, para que possamos, como na sugestão de Nietzsche, “*exorcizar a quimera de sua origem*”. Como observou Finley a propósito do julgamento de Sócrates:

Tanto Sócrates quanto a democracia ateniense estão mortos, mas seu julgamento sobrevive na condição de um grande mito; e, como todos os mitos, é tido – por quem nele crê – como exemplo de uma verdade universal. Eis a prova, afirma-se, da tirania da maioria, da sujeição da voz da razão e da consciência individual ante o domínio das massas, do ódio que sente o homem comum pelo homem de gênio. Sócrates está morto, mas estas questões não estão (FINLEY, 1991, p. 75).

A palavra democracia vem do grego *Demokratia*, termo que reunia uma composição de *demos* (povo) e *kratia* (originalmente *kratos*, governo, força ou potência de dominação). Este *governo do povo* teve seu apogeu entre os séculos VI e IV a. C, na Atenas imperial. Muito já se escreveu sobre as diversas formas de organização política das póleis gregas, bem como sobre as reflexões de Platão e Aristóteles sobre esse objeto. Trabalhos como o do helenista José Antônio Dabdab Trabulsi, inovaram por se interrogarem sobre a motivação responsável pela mobilização política dos atores históricos que se movimentavam em direção a esse ou aquele objetivo. Buscando analogias que se fundem para além da simples análise do passado e das possíveis heranças clássicas no mundo ocidental moderno, o autor estabelece interessantes paralelos que nos levam a pensar o lugar ocupado pela participação cidadã em culturas políticas autoritárias, como as da América Latina. Pensar uma sociedade que organizava assembleias para decidir sobre o ostracismo de cidadãos que possivelmente poderiam se tornar tiranos, é interrogar-se também sobre a forma pela qual os atenienses eram mobilizados para estes eventos democráticos. Por outro lado, como pensar a Pólis na perspectiva dos que, hipoteticamente, não desejassem participar? O professor Dabdab se

interrogou sobre os artifícios de que os antigos gregos se valiam para mobilizá-los.²

Gostaria portanto, de remeter-me aqui não à democracia dos modernos, mas à dos antigos. Mais especificamente é no seu berço ateniense que deveríamos proceder a uma arqueologia de suas condições de sustentabilidade. Cabe lembrar, este trabalho já foi realizado com reconhecido brilhantismo há algumas décadas, por uma historiografia extremamente competente de inspiração marxista, representada principalmente por autores como M.I. Finley e Claude Mossé. Meu esforço aqui será simplesmente o daquele ferreiro que organiza os metais conforme suas ligas, não o do alquimista.

Discutirei nesta pequena dissertação acerca das relações entre a democracia de Atenas no período Clássico e o chamado Imperialismo Ateniense, tais como aparecem na obra de M.I. Finley e Claude Mossé. Heródoto e Tucídides são referências naturais, porém pouco conhecidas e consultadas pelo público leigo. Não considero supérfluo destacar, reuno aqui algumas agradáveis impressões de leitura destes dois anciões que se rejuvenescem a cada dia, à semelhança das boas bebidas que se tornam melhores ao paladar quando degustadas em ocasiões que lhes evocam a presença.

A sustentação do regime democrático via riqueza proporcionada *Liga de Delos*, defendida por M. I. Finley, não deve, a meu ver, ser entendida como um postulado de causalidade determinista. Esta visão lançaria sombra sobre inúmeros momentos de criação indeterminada, genialidade inédita e escolha espontânea.

Conciliando contribuições da antropologia e do marxismo, Finley tornou-se conhecido como o maior helenista do século XX. Sua contribuição para a obra de vários filósofos da Escola de Frankfurt, exilados por décadas nos EUA, foi sem dúvida digna de nota. Perseguido na década de 1950 pela onda anticomunista de *caça às bruxas* popularmente conhecida como *Macartismo*, migrou para a Inglaterra, onde produziu o mais genial de sua obra, como catedrático das universidades de Oxford e Cambridge.

A historiadora francesa Claude Mossé, notável por seus trabalhos sobre a história do pensamento político helênico, autora do já clássico *“La fin de la démocratie*

² Ver em: TRABULSI, José Antônio Dabdab. *Ensaio sobre a mobilização política na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

athénienne: aspects sociaux e politiques du déclin de la cité grecque au IV siècle avant J.C.”, lecionou por anos a fio na Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Clermont-Ferrand. Mais tarde, aproveitando uma excelente oportunidade, tornou-se catedrática da Universidade de Paris VIII (Vicennes).

Mera tentativa de organização didática, este pequeno ensaio não deve ser encarado como nada mais que um resumo de aula. Incentivado pela experiência de preparar um programa de curso para a disciplina de História Geral do Curso de Turismo das FESBH e constantemente interrogado por meus alunos do grupo de estudos “Direito, Sociedade e Realidade” da Graduação em Direito do UNI-BH a respeito da bibliografia relativa à Atenas do século V, me proponho aqui a reunir algumas respostas convergentes da historiografia helenista para uma pergunta bastante recorrente: Qual o sustentáculo material da democracia ateniense?

Histórias de um antigo Governo dos Mares

As guerras médicas ou pérsicas foram responsáveis pela projeção da influência e do nome de Atenas entre as demais cidades da Hélade. Em 476 a.C., Aristides, o estrategista ateniense cognominado “o justo”, organizou uma força marítima sem precedentes, pois composta com contribuições de todas as poleis aliadas de Atenas. Os perigos representados pela invasão persa iminente à Grécia Européia, levaram muitas das cidades-Estado da Hélade a se reunirem sob o comando de Atenas naquilo que posteriormente os historiadores chamariam, utilizando-se de um termo que não tem raízes históricas, “a Liga de Delos.” Inicialmente a associação, ao que tudo indica, oferecia vantagens para todas as poleis envolvidas, mesmo as que tinham sob o seu comando um território relativamente reduzido e que poderiam oferecer contribuições menores do ponto de vista humano e bélico.

Os propósitos de expansão do Rei Persa ameaçavam todos os helenos com a perspectiva da possível pilhagem de suas riquezas e escravização de suas populações. Havia também um certo teor de apelo à vingança pelas investidas anteriores do exército inimigo e o desejo de libertar o Mar Egeu da influência de sua frota. O sucesso de Atenas em conseguir o controle de uma associação militar de tais proporções, associado à incumbência de organizar as finanças dessa empresa (fornecendo tesoureiros e comandantes militares), se traduziria mais tarde – quando a ameaça persa, afastada, não mais justificava a Liga – em um controle gradativamente crescente sobre o desenvolvimento autônomo dos demais Estados associados.

Aristides havia estabelecido o primeiro tributo em favor do esforço de guerra já em 478 a.C, quando contava com o apoio influente de Temístocles para obter autoridade bélica sobre todas as forças marítimas dos helenos. A vitória decisiva foi conquistada pelo também ateniense Címon, que fora agraciado com as benesses do talento guerreiro, herdado da rígida educação ministrada por seu pai, o estrategista Milcíades, vencedor da batalha de maratona. Os Persas, desde o tratado de Susa em 448 a.C reconheceram a hegemonia dos gregos no Mar Egeu, firmando a obrigação de não mais atacar as poleis e suas colônias asiáticas.

Vencendo a batalha hercúlea da embocadura do rio Eurimédon, cabia agora aos atenienses manter sob sua tutela o já impaciente cortejo de aliados. Temia-se fugir ao domínio persa e cair nas garras de uma dura tutela ateniense. Este temor se concretizou.

Aos poucos, os impostos destinados teoricamente à defesa militar de todos, seriam utilizados em benefício exclusivo dos interesses de Atenas. Já em 454 a.C o tesouro da Liga era transferido de Delos para a grande acrópole da Ática. À medida em que a resistência crescia por parte dos Estados associados, Atenas expandia sua rede de funcionários, intensificava seus controles jurídico, econômico e militar sobre eles, punindo os que procuravam se desligar espontaneamente e persuadindo outros pela força a se coligarem. Naxos e Tássos foram sitiadas para que não se desligassem da liga, e se o cerco da primeira teve sucesso em um tempo relativamente curto, a derrota da segunda custou não apenas tempo, mas recursos preciosos, fazendo com que Címon perdesse sua popularidade junto ao demos.

A contribuição em tributos substituiu quase em todas as cidades-Estado aquela que antes se fazia em trirremes transformando a frota da “Liga” cada vez mais concretamente em uma armada da Ática. Se isso diminuía os gastos das póleis associadas, cumulava o poderio e a hegemonia de uma verdadeira cidade imperial: a Atenas Clássica. Em sua apologia aos guerreiros mortos na Guerra do Peloponeso, o Péricles de que nos fala Tucídides, exalta o regime político de sua pólis, remetendo-nos também à segurança de seu poderio militar, à sua pujança e fartura material, aos seus refinamentos intelectuais e artísticos, à temperança e equilíbrio de seus cidadãos:

Somos amantes da beleza sem extravagâncias e amantes da filosofia sem indolência. Usamos a riqueza mais como uma oportunidade para agir, que como um motivo de vanglória; entre nós não há vergonha na pobreza, mas a maior vergonha é não fazer o possível para evitá-la. (TUCÍDIDES, 1999, p. 99).

Cabe lembrar no entanto, que, se Atenas conseguiu administrar com relativo sucesso seus conflitos internos ao longo dos dois séculos durante os quais deteve o controle sobre o Mar Egeu, mantendo na maior parte do tempo suas leis e seu regime, foi graças à hegemonia que exercia externamente, aos recursos materiais que a ela afluíam e à influência cultural que dela irradiava.

Essa preeminência ateniense, como nos lembra Mossé, só foi consolidada ao fim de uma paulatina evolução, permeada por violentos conflitos entre os diversos grupos internos à pólis que disputavam incessantemente o poder. De Sólon a Pisístrato, de Clístenes a Péricles, as fontes nos dão notícia de um processo de paulatina distribuição de poderes que resultaria no Estado democrático do período Clássico.

A distribuição de poderes entre os cidadãos atenienses conheceu conquistas sucessivas ao longo da história da cidade, desde a proibição de se escravizarem cidadãos em razão de dívidas, caminhando até as divisões e subdivisões dos grupos de população, visando à unidade interna da Ática. Sucodem-se então a obrigatoriedade dos estrategos de prestarem contas ao povo de suas campanhas, a transferência da maior parte das prerrogativas judiciárias do Areópago para a Boulé dos Quinhentos e ao tribunal de Heliéia, ao longo dos séculos que precedem ao V.

Quando chegamos ao chamado *Século de Péricles* deparamo-nos com uma série de restrições ao acesso direto de um estrangeiro ou de um escravo liberto à condição de cidadão. Como nos lembra Mossé, não podemos explicar o equilíbrio social de Atenas apenas pelas vantagens gozadas pelos cidadãos, pelo pagamento das clerúquias ou pelo extraordinário desenvolvimento do artesanato. O próprio Péricles dará o toque final em uma série de medidas que garantirão o abastecimento e a fartura em que viviam os atenienses de seu tempo.

Uma península cujo meio natural apresentava-se como relativamente pobre – solo ruím, superfície cultivável pequena, clima mediterrânico – passou a contar com um abastecimento constante e garantido de cereais, que vinham das planícies costeiras do Mar Negro, do Egito e da Mesopotâmia. Além disso, pelo porto do Pireu, ligado à cidade por um corredor de muralhas, entravam os mais variados produtos provenientes da Hélade e do mundo Bárbaro.

As terras concedidas a cidadãos nos territórios dominados enviavam para fora da Pólis, na qualidade de colonos, um contingente populacional que figurava internamente como forte potencial de tensão. Essa emigração auxiliava na manutenção

do equilíbrio interno da democracia, ao mesmo tempo em que solucionava, até certo ponto, um velho problema de Atenas, o da distribuição da terra entre os cidadãos.

O grosso da economia comercial do período Clássico era movimentado em Atenas pelos estrangeiros que, sob o estatuto de “metecos”, podiam residir no Pireu. Para Mossé, o poderio militar e a influência econômica da grande cidade da Ática, teria contribuído decisivamente na manutenção do regime e na diminuição das possibilidades de revolta política, já que: “de fato, é justamente o império que Atenas exerce sobre o Mar Egeu que parece ser o elemento decisivo deste equilíbrio social” (MOSSÉ, 1981. p. 26.).

Manter este poderio imperial, mantido indiretamente por meio da liga Ática-Delíaca, era portanto questão de grande importância para os cidadãos de Atenas. Daí a dura resposta às póleis que tentavam desligar-se de seu regime tributário. Foi de resto o próprio Tucídides quem observou que os demais gregos, antes aliados, eram décadas mais tarde encarados como “súditos”.

O próprio fato de Atenas ter aceitado a substituição da contribuição das cidades aliadas, antes paga em trirremes, para a forma monetária – acompanhado naturalmente da imposição das “corujas” cunhadas em Atenas – demonstra que a cidade podia arcar com as perdas fiscais resultantes como preço a ser pago para a manutenção de uma marinha totalmente ateniense. Isso pode se tornar mais compreensível se considerarmos que a construção das trirremes era extremamente dispendiosa, que sua função era exclusivamente bélica e sua vida útil – vinte anos aproximados – relativamente curta. As finanças da Grande Cidade gozavam boa situação, graças aos tributos imperiais. Alguns cidadãos atenienses chegavam a receber terras no território dos Estados súditos onde não havia, nem colônias, nem clerúquias. Outros tantos eram empregados na burocracia empregada na administração do “império”, já que cargos públicos eram distribuídos com grande generosidade para os filhos das elites da pólis. A própria participação e engajamento dos cidadãos que necessitavam do próprio trabalho para sobreviver, era remunerada com o correspondente monetário de um dia de serviço, para cada dia de vida política e pública. Por este meio, acreditava-se beneficiar política e economicamente a metade mais pobre dos cidadãos, e isto estava já instituído entre os séculos IV e V a.C.

A soberania do povo ateniense exercia-se no entanto dentro de certos limites no que tange ao que poderíamos chamar de prática política efetiva. Ao contrário do que se divulgou durante muito tempo, a época de Péricles não correspondeu ao

auge da atuação da justiça popular. O tribunal de Heliéia não havia ainda se transformado num instrumento dos pobres no controle dos excessos dos ricos.

Quando Atenas precisou construir os grandes edifícios da Acrópole, sob a direção de Péricles, não cumulou os seus cidadãos de pesadas “liturgias.” Os impostos recaíram sob os Estados súditos, para que se incorresse em obras públicas de vulto sem cumular os cidadãos de impostos. Por todo o período de gestação e desenvolvimento do regime democrático, foi relativamente ampla a distribuição de fundos pelo erário público. Somente Atenas, dentre todas as demais póleis, instituiria um pagamento regular pelas funções públicas, e o fez porque gozava de recursos suficientes para tanto. Não devemos também nos esquecer da considerável carga financeira e militar que pesava sobre os ricos.

Péricles instituiu o pagamento aos membros dos tribunais e da assembléia e abriu o Arcontado às camadas inferiores. Preocupava-se em ocupar a mão-de-obra ociosa na reconstrução da cidade, no seu embelezamento e na reedificação de suas defesas. Em Atenas – de forma inédita no mundo antigo – a participação política era franqueada a todos os cidadãos, já que a liderança eleita em assembléias e continuamente submetida a votações para avaliar o grau de aprovação, não tinha caráter vitalício. O sorteio, considerado como melhor forma de escolha, era responsável pelo preenchimento de diversos cargos. Pela decisão majoritária da assembléia, considerada soberana, a vontade geral se fazia, teoricamente, vontade de cada um. Designava-se esporadicamente corpos especiais para a resolução de determinados problemas, dado o conhecimento específico ou a habilidade demonstrada pelos homens que os compunham. As decisões políticas, entretanto, cabiam à assembléia, que tinha inclusive completo poder sobre a condução desses grupos.

Os que tripulavam as trirremes, os setores menos abastados, numa pólis em que a marinha era indispensável, tinham considerável peso neste Estado imperial. Para Finley, por estas razões, “império” teria feito de Atenas a democracia que foi, e a ausência dele, teria sido responsável pelo fato de as outras cidades que nela se espelhavam terem se tornado governos com menor participação político-cidadã, por parte dos que auferiam menos lucro.

É possível que Heródoto tenha refletido em seu relato sobre a ascensão de Dario ao poder monárquico, as próprias disputas que inquietavam a sociedade ateniense de seu tempo. A um passo que Dario, o futuro rei, defende a monarquia, Megabizo escolhe a oligarquia e Otanes, o governo popular, a igualdade perante a lei ou *isonomia*:

Como pois poderá ser a monarquia uma forma boa de governo, se o monarca faz o que quer, sem prestar contas de seus atos? O homem mais virtuoso, elevado a essa alta dignidade perderá logo todos os seus bons predicados. A inveja é inata nos homens e as regalias desfrutadas por um monarca levam-no à insolência. Ora, quem possui esses dois vícios adquire todos os outros, e comete uma infinidade de crimes, ora por excesso de orgulho, ora por inveja. Um tirano devia ser um homem exemplar, já que goza de toda espécie de regalias; mas é o contrário que se verifica, e seus súditos sabem-no muito bem por experiência. O tirano odeia as pessoas honestas e parece deplorar que elas ainda existam. Somente os maus se sentem bem. Presta facilmente ouvido à calúnia e acolhe bem os delatores; e o que é mais engraçado, se o louvamos com moderação, ofende-se. Se o louvamos com efusão, ofende-se do mesmo modo, atribuindo esse gesto a interesses mesquinhos. Finalmente, temos o mais terrível dos inconvenientes: infringe as leis da pátria, comete violências contra as mulheres e manda matar quem muito bem lhe pareça, sem processo ou qualquer outra formalidade. Não se dá o mesmo com o governo democrático, que chamamos isonomia, que soa como o mais belo de todos os nomes. Neste, não é permitido nenhum dos abusos inerentes ao Estado monárquico. O magistrado é eleito por sorte, e torna-se responsável por seus atos administrativos, sendo todas as deliberações tomadas em comum. Sou por conseguinte pela abolição do governo monárquico e pela instauração do governo democrático, pois todo o poder emana do povo. (HERODOTO, 1980. p. 284-285)

Raramente poder-se-ia encontrar um elogio tão claro à forma de governo adotada por Atenas na literatura antiga. O impacto das Guerras Médicas sobre o desenvolvimento cultural da Hélade fazia-se notar. O discurso historiográfico de Heródoto havia inaugurado não apenas uma forma peculiar de se narrar os acontecimentos e os feitos dos aqueus, mas também uma nova maneira de se referir aos não-gregos, aos bárbaros, aos “outros”.

No período posterior à Guerra do Peloponeso, a derrotada Atenas amargou dias de opressão e sofrimento. Ao adotar uma política imperialista predatória, Esparta precisou designar muitos de seus cidadãos para servirem nas cidades dominadas, e isto não era bom sinal em uma pólis ameaçada pelo aumento constante do número de escravos. Não podendo manter a ofensiva anti-persa comandada por Agesilau, os espartanos precisaram voltar à sua cidade e resolver seus problemas domésticos. A paz foi celebrada com os persas em 387 a.C, mas a divisão interna da Hélade permanecia.

De sua situação pouco confortável, Esparta não conseguiu evitar que Atenas organizasse uma segunda liga dos mares. Aliando-se a Tebas, os atenienses conseguiram vitórias significativas contra os espartanos no ano de 371a.C.

Oito anos depois, reconciliados, atenienses e espartanos precisaram juntar novamente forças para combater Tebas, que se levantava para a construção de um novo e mais poderoso império. A desunião e a fraqueza que a guerra deixara atrás de si, abriu espaço para a intervenção de Filipe da Macedônia, e, a partir de então, submetida pela dominação helenística ou tutelada pelos romanos, Atenas não mais retomaria o seu antigo esplendor, já que, sem autonomia administrativa, faltavam-lhe verdadeiros subsídios para a democracia.

Considerações finais

A sustentabilidade do modelo político ateniense no século V foi motivo de atenção da historiografia helenista, que associou à riqueza proveniente da Liga de Delos a manutenção da democracia. A democracia e a filosofia foram testemunhos de um povo que, pela primeira vez na história da humanidade colocou em julgamento sua própria instituição. Se como observou Cornelius Castoriadis, tudo que existe para um ser vivo pode ser associado por um meta-observador a um correlato físico, os seres humanos e suas sociedades fogem à regra, na medida em que criam em larga escala seres como, as virtudes, o direitos do homem, a democracia, e outras significações imaginárias sem correlatos concretos. Numa sociedade como a europeia ocidental, na qual tradicionalmente os espaços para a diferença são hipertrofiados e os para a alteridade desconsiderados, nunca seria em vão lembrarmos a criação radical e inédita realizada pelos gregos há dois milênios e meio. A polis grega surgiu dentro de um ambiente de influência cultural marcado por um passado de tradições comuns. Isso entretanto, não determinou que os atenienses tivessem escolhido a democracia e não qualquer outro regime político, nem que ali houvesse surgido um discurso narrativo conhecido como História, muito menos a genialidade dos filósofos e dramaturgos.

Recordar os gregos é também, portanto, atentar para tantas outras possibilidades de vir a ser das sociedades humanas, marcadas pela capacidade de reinstalação autônoma de sua própria identidade.

Referências

CASTORIADIS, Cornelius. *A criação Histórica*. Porto Alegre: Artes e Ofícios: 1992. p.100.

FINLEY, M.I. *Aspectos da Antigüidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HERODOTO. *História*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1980.

MOSSÉ, Claude. *Atenas: história de uma democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TUCÏIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Brasília: UNB, 1999.

